Câmara de Municipal de Pains

Ata nº 26 – 06/12/2021 - 19ª Ordinária

Ata da décima nona reunião ordinária da Câmara Municipal de Pains, da primeira sessão legislativa da décima nona Legislatura, realizada aos seis dias do mês de dezembro de 2021. Ás dezenove horas, reuniu-se o Legislativo Municipal em sua sede. Primeiramente foi feita a chamada que constatou a presença de todos os vereadores. Havendo quórum regimental, a Sra. Presidente declarou em nome de Deus aberta a sessão e solicitou a leitura das atas de números 24 e 25. Após deliberações ambas foram aprovadas por oito votos a zero. Seguindo, procedeu-se a entrega de homenagens, iniciando-se pela entrega da Medalha Maria Aimée de Castro Alves aos seus familiares presentes. A Presidente Cáthya explanou sobre a motivação para instituição da Medalha e ainda lembrou o fato da Sra. Maria Aimée ter sido a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo Municipal. Na sequência, foram entregues as Moções de homenagens: A Moção de nº 11 de autoria do vereador Geraldo Éder foi entregue à Alexandre Luiz Toste Silva; A Moção 13, foi entregue pelo vereador Weulis à Alexandre Costa da Silveira; e a Moção 14, do vereador Robson, entregue à Iago Aparecido Gomes Rodrigues da Silva. Prosseguindo à reunião, a Presidente solicitou ao Secretário a leitura das proposições: Projeto de Lei 1708 que dispõe sobre revogação da Lei 892/2001 e cria preço público para remoção de entulhos; O Projeto de Lei 1709 a respeito de denominação de Rua José Francisco da Silva; O projeto de Lei 1710 que também dispõe sobre denominação de rua, este denomina de Rua João Evangelista; Projeto de Lei 1711 a respeito de concessão de contribuição no exercício de 2022; O projeto de Lei 1712 que concede subvenção no exercício de 2022; O Projeto de Lei 1713 para alteração da Lei municipal 1468/2020 sobre licenciamento ambiental; O Projeto de Lei 1714 denominando o Centro Esportivo de Vila Costina; O Projeto de Lei 1715 que dispõe sobre denominação de rua; O Projeto de Lei Complementar 162, visando alteração no Código Tributário e o Projeto de Lei Complementar 163 que dispõe sobre funcionamento e instalação de equipamentos que compõem estações de rádio. Todas as proposições citadas foram encaminhadas às Comissões para análise. Passando à votação, foi apresentado em segunda discussão o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 10/2021, sendo aprovado na sequencia por oito votos a zero. Em seguida, houve discussão sobre o Projeto de Iniciativa Popular nº 1679 que dispõe sobre utilização de entrevista em Processos Seletivos. Houve a leitura do Parecer Jurídico do Assessor da Prefeitura, o qual aponta que de acordo com a Lei Orgânica Municipal a iniciativa para alterações das regulamentações pertinentes ao funcionalismo compete exclusivamente ao Executivo. Foi discutido novamente a respeito da constitucionalidade do Projeto de Lei, e embora não houve inscrição para uso da Tribuna Livre, houve participação popular durante as discussões. Estiveram presentes representantes que assinaram o texto do Projeto. O

vereador Paulo de Tarso solicitou a palavra para explanar que após pesquisa realizada por ele mesmo pôde identificar apenas uma cidade onde tramitou um projeto com o mesmo propósito, e que, o entendimento foi de que a Entrevista é um requisito previsto na Constituição, sendo sua vedação um ato inconstitucional. Procedeu-se então a votação, sendo apurado o empate com quatro votos favoráveis e quatro votos contrários, estes dos vereadores Geraldo Éder, Paulo de Tarso, Paulo Sérgio e Rosimar. Havendo empate, nos termos regimentais foi expresso o voto da Presidente, que foi contrário à tramitação do Projeto. A Presidente manifestou os motivos para rejeição. Sendo assim, o Projeto de Iniciativa Popular 1679 foi rejeitado por cinco votos a quatro. Logo após, houve discussão a respeito das indicações de emendas impositivas no Projeto de Lei 1698 que trata da Lei Orçamentária para 2022. Os senhores vereadores acordaram entre si de se retirar o Projeto de Lei 1698 da pauta do dia. Neste momento foi verificado a ausência do vereador Paulo Sérgio, e a retirada de pauta do PL 1698 ficou aprovada por sete votos a zero. Na sequência, foi apresentado para segunda votação o Projeto de Lei 1699, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022-2025, sendo aprovado por sete votos a zero. Em primeira discussão, foi apresentado o Projeto de Lei 1707 que aplica sanções administrativas a pessoas físicas e/ou jurídicas que praticarem maus tratos contra animais, este projeto foi aprovado por sete votos a zero. A seguir também foi apresentado para primeira votação, o Projeto de Lei Complementar 161 a respeito de alteração do Código Tributário para inclusão de novos logradouros. Não tendo sido identificada nenhuma ilegalidade ou inconstitucionalidade, o PLC 161 foi aprovado por sete votos a zero. A seguir a Presidente solicitou a leitura das Indicações: 68 solicitando manutenção de calhas e troca de lâmpadas da rodoviária; e a Indicação 69 para que seja providenciado o corte de um galho pendurado sobre a estrada. Ambas as Indicações foram aprovadas por sete votos a zero. Identificado o não comparecimento da inscrita para uso da Tribuna Livre, a Sra. Ana Cláudia Lara, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata que, após ser lida e aprovada, vai assinada pelos vereadores presentes nela e naquela reunião na qual ela for votada.

Cáthya Guimária Goulart
Presidente

Paulo Sérgio de Morais
Vice-Presidente

Murilo Ferreira Rodrigues

Leonardo O Cara

Continuação da ata nº26

Leonardo de Oliveira Lara
1º Secretário

Paulo de Tarso Faria
2º Secretário

Geraldo Eder da Silva
Vereador

Murilo Ferreira Rodrigues
Vereador

Robson Soares Cambraia
Vereador

Rosimar Machado
Vereador

Weulis Francisco dos Santos
Vereador